

Gravidez adolescente: a diversidade das situações*

Margareth Aparecida Santini de Almeida **

O artigo tem por objetivo analisar as condições e circunstâncias da gravidez em um grupo de adolescentes, buscando desfazer algumas teses equivocadas sobre a gravidez adolescente. A pesquisa empírica, mediante dados qualitativos, permitiu uma análise em profundidade da trajetória de 13 mães adolescentes. Foi possível verificar diferentes circunstâncias envolvendo a gravidez, tanto ligadas ao relacionamento com a família de origem, quanto relacionadas aos padrões de união existentes e às mudanças vivenciadas pelas adolescentes. Evidenciou-se, assim, uma complexidade e diversidade de situações envolvendo a gravidez adolescente, realidade que se contrapõe às análises que apontam a tendência a uma homogeneização das experiências.

Introdução

A partir de 1950, observam-se no cenário mundial, e no Brasil especificamente, grandes transformações como o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, o aumento de sua escolaridade, a possibilidade de realizar a separação entre sexualidade e reprodução, mudanças nos padrões das relações de gênero. Mediante o desenvolvimento das novas tecnologias reprodutivas¹, as mulheres passam a ter acesso a bases mais seguras para a decisão sobre a maternidade, sobre ter ou não filhos e quando tê-los, bem como para o livre exercício de sua sexualidade.

Inicia-se, assim, um processo de mudança em relação ao duplo padrão de moral sexual tradicional, que incentiva a atividade sexual dos homens e interdita às mulheres a vivência de sua sexualidade, principal-

mente antes do casamento. Muitas mudanças nesse padrão são hoje incontestáveis – a diminuição do valor da virgindade e a antecipação da iniciação sexual, por exemplo –, mas ainda permanecem diferenças marcantes de gênero e classe social.

A antecipação da vida sexual, contudo, é acompanhada pelo crescimento da assim chamada “gravidez adolescente” – a gestação ocorrida entre mulheres adolescentes, ou seja, com menos de 19 anos de idade. Esse evento, observado mundialmente, mas com variações importantes entre as nações², passou a ser amplamente investigado no Brasil após a constatação, nas décadas de 80-90, de um aumento relativo da fecundidade das adolescentes em relação à fecundidade das mulheres mais velhas³ (Bemfam, 1997).

* Este artigo reproduz parte da minha tese de Doutorado em Sociologia, *Treze meninas e suas histórias (Um estudo sobre mães adolescentes)*, defendida em abril de 2001 na FCL/Unesp, campus de Araraquara. Foi apresentado no XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto em novembro de 2002.

** Profa. assistente doutora do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu/Unesp.

¹ Para uma análise das tecnologias reprodutivas (contraceptivas e conceptivas) e suas implicações, verificar Arilha (1996) e Scavone (1998).

² Nos países desenvolvidos, após um período de aumento do número de casos de gravidez entre adolescentes, na década de 60, houve uma tendência à estabilização ou queda do número de mães adolescentes a partir das décadas de 70 e 80 (Roland, 1994; Reis, 1998).

³ No Brasil, a TFT (Taxa de Fecundidade Total) caiu de 5,76 filhos por mulher, em 1979, para 2,60 em 1991, chegando ao patamar de 2,5 filhos por mulher no período de 1993-96 e 2,3 em 2000. Cf. Melo (1993) para dados de 1970 a 1994; Bemfam (1997) para dados de 1993-96, e IBGE (2002) para dados de 2000.

O problema das análises desenvolvidas refere-se ao tratamento homogêneo que tem sido dado a uma variedade de situações bastante diversificadas. O presente trabalho contrapõe-se a essas análises ao demonstrar diferentes condições e circunstâncias envolvendo a gravidez adolescente. Para tanto, é realizada uma breve revisão da literatura que problematiza a gravidez adolescente, passando-se, em seguida, à análise das condições objetivas de sua ocorrência, como a organização da família de origem, as condições sociais e as circunstâncias da gravidez.

Revedo a literatura

A adolescência, segundo definição da Organização Mundial de Saúde, corresponde ao período referente ao segundo decênio da vida, ou seja, dos 10 aos 19 anos de idade. Este conceito é definido tendo como base a passagem das características sexuais secundárias para a maturidade sexual, a evolução dos padrões psicológicos, juntamente com a identificação do indivíduo que evolui da fase infantil para a adulta e a passagem do estado de total dependência para o de relativa independência (OMS, 1975).

Contudo, a idade não é suficiente para essa identificação, e mesmo dentro de uma mesma faixa etária pode haver uma heterogeneidade muito grande, em função do contexto social. Ser ou não adolescente está diretamente relacionado com as condições sociais e econômicas ou com a posição que o indivíduo ocupa na estrutura social (Campos e Moraes, 1986; Madeira e Wong, 1988).

Esse período da vida, estruturado pela classe social, é vivenciado diferenciadamente pelo adolescente e pela adolescente. Relações de gênero também impõem padrões comportamentais que cada um deve cumprir. Com as mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, principalmente o

aumento da escolaridade, espera-se que as mulheres não sejam apenas boas esposas e mães, mas que também se qualifiquem e tenham uma carreira profissional.

Diante dessas novas expectativas, a antecipação da atividade sexual pela adolescente e a decorrente gravidez têm sido problematizadas socialmente, principalmente sob três enfoques: o das políticas públicas, o da saúde e o da reprodução social. Segundo o primeiro enfoque, embora o discurso vigente se desenvolva sob a perspectiva de um certo controle da sexualidade das adolescentes, mediante a necessidade de expansão de programas⁴ de planejamento familiar e educação sexual nas escolas, não há como negar a preocupação existente com os recursos despendidos pelo setor de saúde na assistência pré-natal e internações hospitalares⁵, em um momento de queda da fecundidade.

Na perspectiva do setor de saúde, a gravidez adolescente tem sido discutida pelo alto risco proporcionado tanto para as mães quanto para os filhos. Cabe ressaltar, entretanto, que não têm sido apontadas apenas razões biológicas para que as adolescentes tenham maior risco de morte que os outros grupos de idade (Munitz e Silber, 1992), devendo-se levar em conta também os determinantes sociais. Por outro lado, as condições de saúde do filho e a mortalidade infantil podem variar em função do tipo de assistência recebida pelas adolescentes. Portanto, os riscos não estariam associados à idade.

Pelo enfoque da reprodução social propriamente dita, condena-se a gravidez nessa fase por dificultar a formação escolar da jovem mãe, que na maioria das vezes acaba por abandonar ou interromper os estudos, principalmente se pertence a uma família de baixo poder aquisitivo.

Com a interrupção da escolaridade, são poucas (ou quase nulas) as chances de a adolescente conseguir um emprego que lhe permita arcar com a responsabilidade pela

⁴ No final da década de 80 foi criado no Ministério da Saúde o Programa de Saúde dos Adolescentes (PROSAD), abrangendo a área de saúde reprodutiva.

⁵ Segundo o ministro da Saúde José Serra: "Os partos em adolescentes custaram ao SUS, em 1998, R\$ 153 milhões - cerca de 27% das despesas com partos -, mas o drama social e humano que elas protagonizam é imensurável." (*Folha de S. Paulo*, 25/8/1999, Opinião, p. 3).

criação da criança. Com uma qualificação menor, as jovens mães têm uma dificuldade maior de integração ao mercado de trabalho. Esta, quando ocorre, geralmente se restringe ao nível de subemprego, o que reforça a tese de alguns autores sobre a feminização da pobreza e a sua reprodução pelas mulheres.

Na perspectiva dos três enfoques acima abordados, a gravidez, quando ocorre precocemente, constitui-se em um problema social, pois representa uma cisão nas possibilidades de mobilidade social pela escolarização. Contudo, estudos recentes (Cabral, 2002; Catharino e Giffen, 2002), entre os quais se situa o presente artigo, procuram questionar essa concepção homogeneizadora, ao evidenciarem a complexidade e a diversidade de situações associadas à gravidez adolescente.

O estudo

O presente trabalho objetivou analisar as condições e circunstâncias da gravidez em um grupo de adolescentes de baixa renda, buscando desfazer algumas teses equivocadas sobre a gravidez adolescente. Especificamente, buscou-se analisar as significações da maternidade para as adolescentes investigadas e em que medida esta faz parte de um projeto de vida. Igualmente, pretendeu-se compreender, nas suas trajetórias de vida, como se manifestam as construções sociais de gênero e se as mudanças vivenciadas nessas trajetórias em relação à organização familiar, ao estado conjugal, à escola e ao trabalho ocorrem em consequência da gravidez.

A pesquisa empírica, mediante dados qualitativos, permitiu uma análise em profundidade das trajetórias de 13 mães adolescentes⁶ que haviam realizado o pré-natal em Unidades Básicas de Saúde do Municí-

pio de Botucatu (SP). As jovens foram entrevistadas⁷ em suas residências, em momento posterior ao nascimento das crianças.

As entrevistas, pré-agendadas⁸, foram gravadas e, depois, transcritas integralmente. Passou-se então à sua leitura, com o objetivo – conforme sugerem Blanchet e Gotman (1992) – do conhecimento do *corpus*. Procurou-se, nesse sentido, identificar o significado dos fatos vivenciados e as diferentes situações que marcaram as trajetórias das adolescentes, estabelecendo-se os pontos comuns e diferentes entre elas. A partir desse procedimento, foi criado um quadro resumo das informantes⁹ que orientou a análise posterior.

As famílias de origem

As histórias das famílias de origem são representadas de formas diferentes pelas entrevistadas, em função da própria diferença entre suas trajetórias. Contudo, alguns pontos em comum se evidenciam, seja em relação à organização familiar, às dificuldades materiais, ou ao relacionamento com os pais.

Todas eram nascidas em famílias organizadas, inicialmente, em torno do núcleo original. Contudo, ao longo de diferentes momentos do ciclo de vida familiar a organização familiar foi sendo alterada, resultando em três situações distintas: pais que permaneciam unidos, mães sozinhas (sem parceiros) e mães ou pais em situação de recasamento.

Se a ausência do pai junto à família de origem era mencionada, em alguns relatos, como ocasionando dificuldades materiais, revelando que essas famílias estavam baseadas na complementaridade assimétrica de papéis de gênero, por meio do exame da situação socioeconômica foi possível

⁶ A escolha das informantes teve como referência um levantamento anterior com todas as gestantes (150) inscritas em pré-natal de Unidades Básicas de Saúde do Município de Botucatu, num período de um ano. Visando diversificar a amostra, foram levadas em consideração as seguintes situações: abandono ou não da escola, se a jovem estava trabalhando ou não, mudança de estado conjugal, ter ou não parceiro. Procurou-se, assim, entender o significado da gravidez adolescente nestas diferentes situações.

⁷ As entrevistas foram realizadas pela própria pesquisadora e duraram, em média, 1 hora e 30 minutos.

⁸ O contato com as entrevistadas ocorreu, no mínimo, duas vezes. Em alguns casos em que se observava que a entrevistada estava preocupada com alguma atividade (filha chorando, dar banho na criança etc.) ou mesmo com a chegada de alguém que tirasse a privacidade da entrevista, a entrevista foi suspensa e adiada para outro momento.

⁹ Tendo em vista a necessidade de manter a privacidade das informantes, os nomes reais foram substituídos por nomes fictícios.

QUADRO 1
Apresentação das informantes, segundo algumas características antes e após a gravidez

Nome	Antes				Circunstância da Gravidez	Após				
	Idade ao Engravidar	Escolaridade atingida antes de engravidar	Estudava no momento da gravidez	Com quem morava antes da gravidez		Idade adolescente na união	Idade parceiro na união	Condição atual	Adolescentes Estudando	Idade Filho(a)
Magda	18	5ª série incompleta 17 anos defasagem	não	pai, madrasta e 4 irmãos	União	17	17	União Civil	não	1 ano e 4 m
Talita	17	5ª série incompleta 16 anos defasagem	não	com 2 amigas		15	17	União Consens.	não	1 ano e 6m
Silvana	15	5ª série 14 anos defasagem	não	pais na casa dos avós		15	18	União Consens.	não	11m
Brígida	14	3ª série incompleta	sim	mãe, padrasto, 5 irmãos e cunhado		14	17	Sozinha	não	1 ano e 1 m
Miriam	16	7ª série incompleta	sim	pais e 3 irmãos	Namoro Longo	16	21	União Civil	não	8m
Maria Laura	15	8ª série incompleta	sim	mãe e 3 irmãos		15	24	União Civil	não	1 ano e 2m
Ana	17	1º colegial cursando	sim	mãe, padrasto e 2 irmãos		17	24	União Civil	sim	1 ano
Paulete	15	7ª série completa	sim	pais e 2 irmãos		16	17	União Consens.	sim	1 ano e 1m
Cristina	16	3º colegial	sim	mãe, tia e 2 primos	n.apl.	n.apl.	Sozinha	sim	1 ano e 6m	
Flávia	15	4ª série completa	não	casa do patrão	Namoro Recente	15	16	União Consens.	sim	9m
Sueli	14	8ª série incompleta	não	mãe e 2 irmãos		14	22	União Consens.	não	11m
Claudia	14	4ª série	sim	mãe e padrasto		n.apl.	n.apl.	Sozinha	não	1 ano e 6m
Selma	18	4ª série incompleta	não	mãe e irmão		n.apl.	n.apl.	Sozinha	não	1 ano

identificar essas dificuldades materiais como também resultantes das próprias condições de classe vivenciadas. É a ausência ou pouca qualificação de alguns pais, associada à inserção em trabalhos pouco qualificados, que parece também determinar dificuldades materiais.

Sempre tive vontade de trabalhar e também de ajudar. Aí eu comecei a ajudar minha mãe, porque meu pai já estava largado dela e nós passamos por uma situação difícil. (Sueli, 14 anos)

Eu comecei a trabalhar aos 13 anos como empregada doméstica. Minha mãe trabalhava na roça, meus irmãos já iam na creche e eu tinha que ajudar porque ela estava sozinha [...] Enquanto ela morou com meu pai, ela não trabalhava. Só de vez em

quando ela fazia alguma faxina, mas não trabalhava direto. Aí, ela ficava olhando a casa, ela que cuidava de tudo, da gente. (Talita, 17 anos)

O resgate, pelas informantes, das lembranças da convivência junto à família de origem indica a existência de um modelo hierárquico, com uma divisão sexual de papéis muito forte, em que as mulheres são socializadas desde pequenas para exercer os trabalhos domésticos e a maternidade. Nesse sentido, elas vão internalizando, desde crianças, uma identidade feminina associada à função de cuidadora.

[...] eu sempre tive contato com criança. O meu sobrinho também, ele mais vivia aqui do que na casa dele. Porque minha irmã, ela trazia ele aqui para a gente olhar para

ela. Ela lavava roupa e ele chorava. Eu cuidei dele, eu cuidei de uma menina de 5 anos, eu cuidei de um outro de 4. [...] Aí, a gente já tem [...] a gente já cuidava de outras crianças, para a gente é normal cuidar do filho da gente, porque a gente não tem aquele medo. (Magda, 18 anos)

Contudo, pode-se observar, na representação das adolescentes, uma nítida separação entre cuidar da casa e cuidar de pessoas, principalmente crianças. Enquanto a primeira função reveste-se de um sentido de obrigatoriedade (Heilborn, 1997) da qual elas sempre procuram se eximir, seja pela escola ou pelo trabalho remunerado, a segunda é mencionada como uma atividade prazerosa, gratificante. Devido a esse significado que as atividades domésticas adquirem, a união passa a representar, ao menos, conseguir uma autonomia na execução dessas atividades.

Aí, eu sempre falava assim: não vejo a hora de arrumar um marido logo, para me amigar logo, para não ficar fazendo serviço. (Brígida, 14 anos)

A opção pela união como uma forma também de conquistar a autonomia e maior liberdade diante do rígido controle imposto pelos pais foi mencionada por algumas informantes. O controle familiar observado expressa uma desigualdade de gênero no interior dessas famílias, determinada pelo sexo e idade dos filhos. Possui, portanto, um gradiente de variação. Inicia-se na infância e vai aumentando a intensidade no decorrer da adolescência, principalmente no momento em que as jovens começam a sair, a namorar. Se, no início, esse controle é exercido no sentido de conter a própria sexualidade das filhas, observa-se, contudo, para a maioria, uma tendência a expandir o controle para outros aspectos relacionados à adolescência, como a escola e a violência.

Era aquela coisa, ele [o irmão] saía, voltava a hora que queria e a gente, nada. Ele falava "tô indo!", catava a mala dele e tchau! Quando foi que a gente teve essa liberdade de catar uma mala e falar "tchau mãe, tô

indo!?" [...] Ah, vou casar porque a gente tem a privacidade [liberdade] da gente. Sair, a gente não saía com ninguém. Se pudesse sair, se eu pudesse fazer isso. A gente podia, a gente falava assim: quem que queria casar cedo? Só se a gente fosse tonta de enfiar a vida no nariz, que a gente sabe que, se casar, a gente vai ter privacidade, mas não vai sair porque tem marido. (Magda, 18 anos)

Quanto à sexualidade, parece haver uma mudança de padrão¹⁰ por parte de alguns pais nesse sentido, manifestada pela aceitação da atividade sexual das filhas, desde que realizada em uma relação estável e legitimada por eles. Essa mudança, porém, não se faz acompanhar de um maior diálogo com as filhas para o exercício seguro dessa sexualidade por intermédio da prevenção.

A mudança de padrão em relação à sexualidade é também vislumbrada na tranqüila aceitação da ocorrência da gravidez. Nesses casos, a gravidez parece antecipar o projeto dos pais para as filhas, como também o projeto já definido por elas próprias, ou seja, de constituir suas próprias famílias.

Quando fiquei grávida meu pai não me obrigou a casar. [...] nós casamos porque nós quisemos, eu já estava querendo. Ninguém falou: "Ah! Você vai ter de casar!" Até meu pai falou assim: "Você vai casar porque gosta ou porque está grávida?" A mesma pergunta ele fez para o Roberto [parceiro]. Nós casamos porque a gente gostava um do outro. Não foi por causa da T. [filha] não. (Miriam, 16 anos)

A escola e o trabalho

Em relação à escolaridade, podem ser identificados alguns pontos em comum nas trajetórias das treze informantes, como, por exemplo, o tipo de estabelecimento de ensino por elas freqüentado. Todas foram alunas de escolas públicas, estando esse fato diretamente relacionado às condições financeiras da família e à sua posição na estrutura social, conforme anteriormente demonstrado.

Analisando-se o desempenho escolar dessas adolescentes, observou-se, para a

¹⁰ Sobre as razões da transformação dos padrões relacionados à sexualidade, ocorrida na sociedade brasileira como um todo nos últimos 20 anos, ver Arilha e Calazans (1998).

maioria, uma defasagem entre a idade atual e o nível de escolaridade atingido, sendo que essa defasagem já se fazia presente quando da ocorrência do abandono escolar. Foi observada também uma certa correspondência entre o nível de escolaridade das adolescentes e o de seus pais. Contudo, apenas a história familiar de escolarização (Gouveia, 1981; Gomes, 1997), ou a valorização desta, expressa pelos pais, não são suficientes para explicar o fracasso escolar vivenciado pela maioria das informantes.

Pelos relatos, pode-se observar que o próprio sistema de ensino tem uma grande responsabilidade por esse processo (Ribeiro, 1993; Madeira, 1993), seja por não conseguir proporcionar um ensino adequado aos alunos, assim desestimulando-os, seja pelo seu autoritarismo.

Quando eu estava estudando, a professora tentou me dar um tapa na cara porque eu não estava fazendo a lição. Aí eu falei que não e segurei a mão dela. Ela falou que iria me dar uma advertência, aí eu saí da escola [...] Agora eu me arrependo de ter saído [...] depois que a gente faz essa burrada a gente se arrepende [...] Se eu tivesse agüentado, já era para estar acabando [...] Aí meu pai ficou bravo, bem bravo. Minha mãe também. [...] Aí ele falou pra mim voltar que ele vai me ajudar em tudo. (Sueli, 14 anos)

A gravidez aparece como um motivo de abandono definitivo da escola quando esta já não faz mais parte do projeto de vida das adolescentes. A escolaridade obtida parece-lhes ser suficiente para o novo projeto delineado, ou seja, o de casar e constituir família.

Daí eu comecei a namorar ele. Daí, depois eu chegava muito tarde em casa porque ficava na casinha que ele tinha. Daí no outro dia tinha que levantar cedinho, já não conseguia acordar [...] Minha mãe ia lá, me chamava, ficava brava por eu perder aula [...] Daí foi assim mais ou menos um mês. Aí eu falei assim: agora não adianta eu ir mais. Daí eu parei. Nem cheguei a completar a 8ª série. [...] Eu gostava, mas eu estava cansada de estudar, enjoei de estudar. (Maria Laura, 15 anos)

A gravidez, contudo, não é considerada como um empecilho à continuidade dos estudos para outras adolescentes.

Embora a minha mãe sempre quisesse que eu estudasse [...] sempre fui assim na escola, pela minha vontade. Sempre gostei, nunca fui forçada não. Eu ia grávida para a escola. Eu terminei, estava grávida dela, eu ia normalmente. Nem passava na minha cabeça de querer parar. Não queria parar de estudar porque depois [...] é mais difícil você voltar com criança pequena [...] eu não sou a única, e também não era a única na escola. Tinha várias que também iam... normal. (Cristina, 16 anos)

Quanto ao trabalho remunerado exercido nessa fase da vida, este aparece nos discursos das informantes como uma possibilidade de autonomia em relação aos pais, seja financeira, para a aquisição de bens que os pais não conseguiam proporcionar, seja como forma de fuga do controle familiar, principalmente em relação às atividades domésticas.

Por que eu comecei a trabalhar cedo? A gente morava em Nantes, ficava fora da cidade e [...] ficava ruim de eu sair. Aí [...] o irmão do meu pai estava precisando de uma pessoa para olhar o filho dele. E aí o meu pai pegou e falou para mim: "Flávia, olha, se você quiser ir [...] só que eu não quero nada. O dinheiro é seu e você compra o que você quiser." E eu falei: tudo bem. Daí, naquele tempo eu trabalhei pra caramba pra poder comprar uma motinha. Não foi um motivo pra ajudar meu pai. Mesmo quando faltou serviço para ele, nunca faltou o que comer. Eu trabalhava pra comprar as coisas que meus pais não podiam dar. (Flávia, 15 anos)

Apenas duas informantes abandonaram o emprego em função da gravidez. Uma, em virtude da discriminação da patroa, por ela estar grávida, e no segundo caso por estímulo da família, que queria que a jovem se poupasse. As demais adolescentes que trabalhavam continuaram a fazê-lo, independentemente de estarem grávidas. A possibilidade de as informantes ingressarem ou retornarem ao mercado de trabalho depois da gestação passa a estar relacionada a vários fatores como a necessidade de garantia da própria sobrevivência, a ajuda no orçamento doméstico e a manutenção da autonomia anteriormente conquistada, fatores estes articulados ao relacionamento conjugal e à divisão sexual de trabalho estabelecida.

Circunstâncias da gravidez

A abordagem do tema gravidez na adolescência traz sempre implícita a idéia de que a gravidez resulta de relações sexuais precoces, sem preocupação com a anticoncepção, o que lhe imprime, assim como à união que dela decorre, um caráter de não desejada e imprevista. Este discurso simplista resulta em uma aparente homogeneização das trajetórias e comportamentos vivenciados pelas adolescentes.

Procura-se, neste trabalho, abordar esta questão sob uma outra perspectiva, qual seja, a do significado da gravidez e da maternidade no projeto de vida das adolescentes, tendo como referência os relacionamentos afetivos, que resultaram ou não em união, bem como o significado que assumem as mudanças vivenciadas.

No grupo investigado, em linhas gerais, foram observadas três situações diferenciadas nas quais ocorreram gravidezes precoces:

- as adolescentes que já estavam em união;
- as adolescentes com namoro longo;
- as adolescentes de namoro recente.

Na análise da trajetória das informantes que já estavam em união por ocasião da gravidez, não se procurou estabelecer diferenças baseadas na existência ou não de união civil – sendo consideradas igualmente as uniões consensuais –, mas, sim, nas condições que levaram à constituição dessa união.

Entre as que estavam em união, observou-se que esta havia ocorrido seja em função de um projeto claro traçado pelo casal, seja como forma de mudar a vida, seja pelo fato de a adolescente viver sozinha, ou pela busca da legitimação do relacionamento junto às famílias de origem através da união.

Eu casei com ele [parceiro]. Já não podem falar "casou porque estava grávida". Eu já casei, foi assim, por casar mesmo.[...] ninguém pode jogar isso [gravidez] na minha cara. Depois, eu ainda demorei um tempão para engravidar. (Magda, 18 anos, união aos 17 anos)

Eu não morava mais com a minha mãe. Eu não gostava do marido dela. Então, como eu morava com as minhas amigas, Antônio [parceiro] me chamou para morar com ele. (Talita, 17 anos, união aos 15 anos)

Nessas circunstâncias, a gravidez, mesmo quando não planejada, não constituiu problema. Ao contrário, essas adolescentes parecem buscar na união e, conseqüentemente, através de sua legitimação realizar uma forma de mudança de vida. Ao forçarem a união, antecipam a norma cultural para as mulheres, a qual Hoggart (1973) denomina "verdadeira vida", rompendo com a moratória da adolescência.

Cabe ressaltar que embora as informantes tivessem engravidado após a união, mantinham atividade sexual desde a época do namoro, sem nenhuma preocupação com a anticoncepção. Se, no passado, para as mulheres, a iniciação dava-se na união e, para os homens, com mulheres mais experientes, nas novas gerações se impõe um novo comportamento. Segundo Heilborn (1999, p. 45):

As mudanças nas relações de gênero e a perda (relativa) do valor alocado sobre a virgindade feminina têm aproximado o calendário da iniciação sexual entre os sexos e também provocado uma alteração na figura da parceira para os rapazes; esta tem se tornado a namorada, e não mais uma relação eventual.

Entre as adolescentes que estavam em namoro longo, a gravidez veio antecipar o projeto de união delineado pelo casal para o futuro. Algumas jovens desse grupo foram surpreendidas pela ocorrência da gravidez, sendo esta justificada pelo descuido decorrente da intimidade adquirida pelo prolongamento do namoro.

A gente sempre planejava ficar junto, ter um filho, depois que eu estudasse.[...] A gente conversava, eu queria um filho, mas não cedo. Mas, daí, aconteceu. (Paulete, 15 anos, união aos 16, parceiro com 17 anos)

Entretanto, observaram-se também dois casos em que a gravidez foi utilizada como forma de antecipar a efetivação da união. No primeiro caso, como desejo do casal, já que a união era proibida pela mãe da adolescente; no segundo, como desejo

da jovem de antecipar a união, já que seu noivo queria aguardar um tempo maior.

Depois que eu conheci o João... Eu comecei a namorar ele com 15 anos. É aquele fogo, é adolescente, de casar. Sempre aquele fogo. Não sei por que tanta adolescente fala: "Ah! Eu quero casar!" Eu quero casar e... mudou totalmente a minha cabeça! Comecei a gostar muito dele. Falei: "Agora vamos casar?" Daí, ele não queria porque ele já era mais responsável que eu. Ele falava: "Agora você está falando isso porque você é nova ainda. Você tem muito pela frente." [...] Mas aí eu fiquei grávida, depois de 3 meses de noivado. (Ana, 17 anos, união aos 17 anos, parceiro com 23 anos)

A gente queria casar! Minha mãe não deixava e, mesmo se ela deixasse, o juiz também não iria assinar. Então ele falou: "Eu deixo você grávida, daí a gente casa." E foi o que fizemos [...] A gente já estava acostumado um com o outro, gostava um do outro. Daí, a gente teve que ter a R. [a filha] primeiro, senão a gente não casava. (Maria Laura, 15 anos, união aos 15 anos, parceiro com 24 anos)

Apenas uma jovem desse grupo não quis se unir em função da gravidez, uma vez que já estava com problemas de relacionamento com o pai de sua filha e, nesse período, tinha outros projetos. Embora tenha sido um único caso, observa-se aqui uma postura contestadora em relação a um destino feminino vinculado ao matrimônio, demonstrando, possivelmente, uma representação sobre o gênero feminino fundada em uma maior autonomia (Heilborn, 1999).

Todos os parceiros desse grupo aceitaram positivamente a paternidade, assumindo-a. Assim como as informantes, alguns tiveram de passar por um processo de mudanças em decorrência da gravidez, como o ingresso no mercado de trabalho, para quem até então só estudava, ou mesmo a reformulação de projetos anteriores, como primeiro construir e mobiliar a casa para depois casar. Independentemente das circunstâncias em que ocorreram essas gravidezes, confirmam-se as considerações de Velho (1994) de que os projetos de vida são constantemente reformulados pelos sujeitos, tendo em vista as possibilidades existentes de sua concretização.

O relacionamento sexual foi iniciado, geralmente, após um ano de namoro, período considerado por essas adolescentes como suficiente para se conhecer bem o namorado.

Assim como no grupo anterior, a gravidez, para essas adolescentes, só parece ter sentido em meio a uma família formalmente constituída. Este fato evidencia, em certa medida, a tentativa de reproduzir, pelo menos no momento de formação, as suas próprias famílias de origem. Anteriormente já foi ressaltado o fato de todas as informantes investigadas relatarem que nasceram em famílias conjugais, embora a maioria delas tenha se dissolvido ao longo de sua trajetória, pela separação ou morte de um dos cônjuges.

Pode-se assim dizer que, nesse grupo, embora a gravidez tenha vindo antecipar a união, esta não é interpretada pelas jovens apenas como consequência ou resposta à gravidez (Oliveira, 1998). Diferentemente do observado na pesquisa realizada por Palma e Quilodrán (1994), para além da maternidade, a união não aparece desprovida de sentido, uma vez que já fazia parte do horizonte da maioria dessas jovens e seus parceiros.

Quando a gravidez resulta de um namoro recente ela assume o sentido de inesperada e não desejada. É um momento de difícil superação e constrangimento para essas adolescentes, em razão de a gravidez decorrer de um namoro de pouca duração, em que não existia entre elas e os namorados nenhuma articulação de projeto em comum, seja de união ou, muito menos, da vinda de filhos.

Eu não acreditava, fiz até outro exame. Acho que estou sonhando. Não, não estou sonhando. É verdade, vai fazer o quê? É uma realidade, a gente vai ter que assumir, mas quase fiquei louca. (Flávia, 15 anos)

A gravidez não foi planejada nem por mim, nem por ele [o namorado]. A gente nem esperava uma coisa dessas. Na hora em que fiquei grávida, foi um baque para nós dois. (Claudia, 14 anos)

Conseqüentemente, diferentes soluções são dadas em função da gravidez, tais como: a união imediata, a união após o nas-

cimento da criança, e a separação definitiva do casal, no caso em que o relacionamento era pouco estável e o namorado não assumiu a paternidade.

O pouco período de tempo observado entre o início da atividade sexual e a ocorrência da gravidez sugere, para esse grupo, ser a gravidez decorrente da falta de experiência em relação à vivência da sexualidade, seja pela ausência de informações, expressa no desconhecimento sobre as alterações do próprio corpo, ou decorrente da despreocupação com a anticoncepção na iniciação sexual e no transcorrer do relacionamento.

Considerações finais

Independentemente das circunstâncias em que ocorreram as gravidezes (união, namoro longo, namoro recente), observa-se o apoio das famílias de origem das informantes, ou de alguns parceiros, por mais precárias que fossem as suas condições de vida, seja ao receber o parceiro ou a informante, ajudando na reforma ou cedendo algum cômodo da casa para que o novo casal pudesse morar, ou dando total apoio à adolescente que teve que assumir sozinha a maternidade.

Se a literatura considera a gravidez adolescente como um problema social,

pelas conseqüências que dela decorrem, é justamente no momento posterior à gravidez que se faz necessário observar as mudanças vivenciadas. Nesse momento, a maternidade e as mudanças já se processaram para essas adolescentes, conforme bem expressa Velho (1994), em meio a um "campo de possibilidades".

A maioria dos estudos sobre a gravidez adolescente enfoca esse evento, quase sempre, sob uma perspectiva alarmante em termos de conseqüências sociais ou de saúde. As adolescentes são representadas, na maioria das vezes, sob a perspectiva de vítimas passivas, restringindo-se a análise apenas ao momento da gestação. Contudo, pode-se observar, mesmo para quem a gravidez não era esperada, um esforço para reorganizar a própria vida, através de desejos, expectativas e sonhos, por mais precárias que sejam as condições vivenciadas.

Considera-se, assim, que a diversificação de situações encontradas aponta para o equívoco das análises que tendem a interpretar a gravidez adolescente de forma a homogeneizar as situações vividas. É importante, ao se abordar esse tema, considerar que as adolescentes que passam por essa experiência pertencem a segmentos sociais diferentes, com práticas, representações e identidades também diversas.

Referências bibliográficas

ARILHA, M. Desejo da maternidade, tecnologias conceptivas e o Estado: rápidas considerações. In: SCAVONE, L. (org.). **Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência**. São Paulo: Ed. Unesp, 1996. p. 199-204.

ARILHA, M. e CALAZANS, G. Sexualidade na adolescência: o que há de novo? In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. v. 2, p. 687-708.

BEMFAM. **Pesquisa Nacional sobre Desenvolvimento e Saúde** (PNDS). Rio de Janeiro: Bemfam, 1997. 182p.

BLANCHET, A. e GOTMAN, A. **A enquête e seus métodos: a entrevista**. Trad. G. Meneses do original L'enquête et les methodes: l'entretien (Paris: Éditions Nathan, 1992). Mimeogr. 25p.

CABRAL, C. "Gravidez na adolescência" e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2002, Ouro Preto. **Anais...**, ABEP, CD-ROM, 2002.

CAMPOS, M. M. e MORAES, M. L. Q. Introdução. In: BARROSO, C. **Gravidez na adolescência**. Brasília: IPLAN/IPEA, 1986. p. 13-5.

CATHARINO, T. R. e GIFFEN, K. Gravidez e adolescência – investigação de um problema moderno. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2002, Ouro Preto. **Anais...**, ABEP, 2002, CD-ROM.

GOMES, J. V. Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. **Revista Brasileira de Educação**, ns. 5/6, 1997, p. 53-62.

GOUVEIA, A. J. **Democratização do ensino e oportunidades de emprego**. São Paulo: Loyola, 1981. 142p.

HEILBORN, M. L. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, F. R. (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 291-342.

_____. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p. 40-58.

HENRIQUES, M. H. et al. **Adolescentes de hoje, pais do amanhã**: Brasil. Nova York, The Alan Guttmacher Institute, 1989. 88p.

HOGGART, R. **As utilizações da cultura 1**: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editorial Presença, 1973. 219p.

IBGE. <<http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/censo2000/fecundidade-mortalidade/tabela-fecundidade-1.shtml>>. Acesso em: 13 jun. 2002.

MADEIRA, F.R. Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, 1993, p. 70-83.

_____. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão. In: MADEIRA, F. R. (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 45-133.

MADEIRA, F.R. e WONG, L.R. Responsabilidades precoces: família, sexualidade, migração e pobreza na Grande São Paulo:

versão preliminar. In: ANPOCS. **A família nos anos 80**: dimensões sociais do novo regime demográfico, 1988. Campinas: Anpocs, 1988. Mimeogr. p. 1-70.

MELO, A. V. Mães adolescentes nas Regiões do Governo de São Paulo. **Revista da Fundação SEADE**, ns. 24/25, jul.-dez., 1993, p. 13-27.

MUNITZ, M. e SILBER, T. El embarazo entre adolescentes (enfoque clínico-epidemiológico). In: LOPEZ, G. **Salud reproductiva en las Americas**. Washington: OPS/OMS, 1992. p. 96-131.

OLIVEIRA, M. W. Gravidez na adolescência: dimensões do problema. **Cadernos CEDES**, n. 45, 1998, p. 48-70.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **El Embarzo y el aborto en la adolescência**: informe de reunião da OMS. Genebra: OMS, 1975 (Série de Informes Técnicos). p. 10.

PALMA, I. M. e QUILODRÁN, C. L. B. Respostas à gravidez entre adolescentes chilenas de estratos populares. In: COSTA, A. O. e AMADO, T. (orgs.). **Alternativas escassas**: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina. São Paulo/Rio de Janeiro: PRODIR/FCC/Ed. 34, 1994. p.11-45.

PINTO, R. P. e AZEVEDO, C. M. A gravidez na adolescência na perspectiva dos profissionais de saúde. In: BARROSO, C. **Gravidez na adolescência**. Brasília: IPLAN/IPEA, 1986. p. 57-82.

REIS, A. O. A. Análise metafórica-metônímica do processo de construção do pensamento da saúde pública acerca da adolescente grávida: os anos 60. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, Supl. 1, 1998, p. 1-13. Disponível em: <www.scielosp.org>. Acesso em: 29 maio 2000.

RIBEIRO, S. C. A educação e a inserção do Brasil na modernidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 84, 1993, p. 63-82.

ROLAND, M.I.F. **A construção social do problema da gravidez na adolescência**: estudo de caso sobre o campo institucional da Central da Gestante, em Piracicaba, SP. Dissertação de Mestrado, Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Estadual de Campinas, 1994. 248p.

SANTINI DE ALMEIDA, M.A. **Gravidez na adolescência**. Relatório de pesquisa/FUNDUNESP. Botucatu: Unesp, 1995. Mimeogr. 25p.

SCAVONE, L. Tecnologias reprodutivas: novas escolhas, antigos conflitos. **Cadernos Pagu**, n. 10, 1998, p. 83-112.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 137p.

VOLOCHKO, A. , MORITA, I., BATISTA, L.E., SANTINI DE ALMEIDA, M.A. e REA, M.F. **Estudo multicêntrico da morbimortalidade feminina no Brasil**: o Estado de São Paulo. Relatório apresentado ao Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Unicamp. Apoio Fundação FORD. São Paulo: Instituto de Saúde (SES), 1999. Mimeogr. 79p.

Abstract

This article analyses the conditions and circumstances of pregnancy among a group of adolescents in an attempt to overcome ambiguities regarding this issue. The empirical research was based on qualitative data and subjected to a broad analysis of the life of 13 teenage mothers, observing the different circumstances involving their pregnancies, including the relationship with their families of origin, the type of relationship in their present unions, and the changes they have undergone. The study showed a complexity and diversity of situations involving adolescent pregnancy, in contrast to analyses which might tend to show homogeneous processes.

Enviado para publicação em 14/11/2002.

